

DECRETO Nº 2575, DE 11 DE SETEMBRO DE 1967

Art. 1º - A COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - Cesan cuja constituição está autorizada pela Lei número 2282, de 08.02.67, modificada e ampliada pela Lei número 2.295, de 13 de julho de 1967, é uma sociedade por ações de Economia Mista, que terá sede e foro na cidade de Vitória e funcionará por prazo indeterminado.

Art. 2º - A COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - Cesan terá por objetivo realizar estudos, projetos, construção, operação e exploração industrial dos serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários, bem como de qualquer outra atividade afim.

Art. 3º - A Cesan reger-se-á por seu Estatuto, Regimento Interno, Regulamento e demais disposições legais próprias, incumbindo-lhe especialmente:

- a) Promover investigações, pesquisas, levantamentos, estudos econômicos e financeiros relacionados com projetos de serviços de água e esgotos sanitários;
- b) Exercer quaisquer atividades de aperfeiçoamento de operação e manutenção dos serviços;
- c) Fixar tarifas e taxas dos diversos serviços e promover a respectiva arrecadação, reajustando-as periodicamente, de modo que atendam, tanto quanto possível, a amortização dos investimentos, pagamento dos custos de operação e manutenção e acúmulo de reservas para o financiamento da expansão;
- d) Promover a cobrança de taxas de contribuição de melhoria autorizadas pelo Estado;
- e) Elaborar e executar planos de ação e investimentos, tendo por objetivo a realização de uma política de saneamento que contribua para o desenvolvimento socioeconômico do Estado;
- f) Prestar serviços técnicos e industriais, remunerados, inclusive particulares, ligados ao seu objetivo principal;
- g) Realizar as desapropriações e encampações dos bens e contratos declarados de utilização pública pelo Poder Executivo, para execução dos planos de saneamento do Estado, ou propor desapropriações necessárias à sua finalidade e objetivos;
- h) Promover a encampação de serviços de água e esgoto e quaisquer outros serviços relacionados com sua finalidade;
- i) Firmar Convênios, Acordos e Contratos;
- j) Receber auxílios e doações;
- k) Contrair obrigações de empréstimos e financiamentos, inclusive com a garantia do Estado;
- l) Subscrever, sempre que possível, a maioria das ações de Sociedade de caráter local, dentro do Estado, com o mesmo objetivo;

Impresso por: 99428125668 - VAI ERRO DIARIAMENTE MONTEIRO DE CASTRO
Em: 26/10/2017 16:46:50

m) Executar outros encargos não enunciados neste artigo que por sua natureza se enquadrarem nas finalidades da Companhia ou que a esta eventualmente sejam atribuídas pela Assembléia Geral.

Art. 4º - O Capital Social da COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - Cesan - será, inicialmente de NCR\$ 15.000.000.000,00 (quinze bilhões de cruzeiros), representado por 300.000 (trezentas mil) Ações Ordinárias, de valor nominal de Cr\$ 50,000,00 (cinquenta mil cruzeiros) cada uma, com direito a voto, devendo o Estado subscrever, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento), mantendo nos aumentos de capital subsequentes, a mesma porcentagem mínima.

Art. 5º - O Estado poderá transferir a terceiros as ações subscritas além do mínimo indicado no artigo anterior.

Art. 6º - A integralização da parcela do Capital Social subscrita pelo Estado far-se-á com os bens do Departamento de Água e Esgotos, criado pela Lei número 1374, de 30 de dezembro de 1957, excluída a reserva florestal de Duas Bocas, e com recursos previstos no item I do art. 9º, da Lei número 2282, de 08 de fevereiro de 1967.

Art. 7º - Os bens do Departamento de Água e Esgotos que não forem, de imediato, incorporados ao patrimônio da Companhia, no ato da respectiva Constituição, serão arrolados e mantidos sob a guarda, responsabilidade e gestão da mesma, até que se opere a incorporação ao seu ativo sob a forma de novas subscrições de capital.

Art. 8º - A COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO - Cesan terá quatro Diretores, eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de três anos, aos quais competirá a gestão dos negócios, na forma de Estatuto.

Art. 9º - A Cesan, além dos órgãos legalmente essenciais às sociedades por ações, terá um Conselho de Administração, composto de 5(cinco) membros, entre os quais um dos Diretores, na forma do Estatuto, e os demais eleitos pela Assembléia Geral, com mandato de 3(três) anos.

Art. 10 - Ao Conselho de Administração compete:

I- Aprovar os planos anuais de trabalho apresentados pela Diretoria;

II- Formular a política econômico-financeira da Companhia;

III- Votar o Regimento Interno, proposto pela Diretoria, a ser aprovado pela Assembléia Geral;

IV- Aprovar a extinção ou criação de órgãos, cargos ou funções, bem como o quadro anual de pessoal e seus níveis de salário;

V- Analisar os relatórios de execução e determinar providências que assegurem a consecução dos objetivos da Companhia;

VI- Aprovar as normas que disciplinem a aquisição, alienação, distribuição e controle de bens móveis e imóveis, bem como a execução de obras e a realização de seguros dos prédios e outros bens da Companhia;

VII- Resolver os casos que lhes forem submetidos pela Diretoria ou determinados pela Assembléia Geral;

Impresso por: 99428725683 - VALÉRIO ALVARENGA MONTENEGRO - 17:45:50

VIII- Autorizar a prestação de outros serviços técnicos e industriais remunerados;

IX- Fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral, as leis, o Estatuto e os Regulamentos a que estiver sujeita a Companhia;

X- Colaborar em assuntos relacionados com suas finalidades com órgãos de serviços federais, estaduais ou municipais e entidades ou empresas privadas.

Art. 11 - O FUNDO DE SANEAMENTO - FUSAN, com autonomia contábil e administrado pela Companhia, será constituído com os seguintes recursos:

I- 2%(dois por cento) da Receita Tributária do Estado, a partir do exercício financeiro de 1968;

II- Dotações orçamentárias e créditos adicionais destinados a obras e serviços de água e esgotos do Estado;

III- Juros de Recursos do Fundo depositados em estabelecimentos bancários;

IV- Reversão de quantias aplicadas pelo Fundo;

V- Recursos não reembolsáveis provenientes da União, dos Municípios e de outras fontes;

VI- Produtos de empréstimos e financiamentos, respeitadas as estipulações peculiares a cada contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os recursos do Fundo de Saneamento e os da Companhia somente poderão ser movimentados através de estabelecimento oficial de crédito, e podem ser dados como garantia de empréstimos de qualquer natureza, contraídos para realização dos objetivos da Companhia e do próprio Fundo.

Art. 12 - Na aplicação dos recursos do Fundo de Saneamento observar-se-ão as condições estabelecidas em Regulamento próprio, elaborado pela Diretoria e aprovado pelo Conselho de Administração.

Parágrafo 1º - Na elaboração do Regulamento prevalecerá regime de prioridade, considerando-se basicamente os seguintes fatores:

a) Tratar-se de estudos ou obras de saneamento no Estado;

b) Menor investimento por população atendida;

c) Maior população atendida;

d) Maior participação financeira relativa da comunidade;

e) Menores prazos de carência e de amortização relativos a financiamento à conta do Fundo.

Impresso por: 99428725668 - VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASTRO
Em: 26/10/2017 10:46:53

Parágrafo 2º - Quando a aplicação dos recursos do Fundo for estipulada em acordos, ajustes, convênios ou contratos, celebrados com Entidades, Organizações ou Instituições detentoras de recursos, outros fatores poderão ser levados em consideração, para prioridade, desde que haja finalidade social.

Art. 13 - A integralização do Capital do Estado, na forma estipulada no art. 10, "in fine" da Lei número 2282, de 08 de fevereiro de 1967, só será realizada mediante ajuste entre a Cesan e o Estado, quando ocorrer saldo disponível nos recursos do Fundo de Saneamento.

Art. 14 - Os atuais empregados do Departamento de Água e Esgotos serão aproveitados pela Companhia com as vantagens e demais direitos adquiridos até a data da Constituição da mesma.

Parágrafo 1º - A critério do Governo do Estado, os empregados cujos serviços forem julgados desnecessários, serão dispensados na forma da Legislação Trabalhista, antes de ser constituída a Companhia.

Parágrafo 2º - Os funcionários públicos e os empregados que servem atualmente no quadro do Departamento de Água e Esgotos, terão o prazo de trinta dias, contados da publicação deste Decreto para opinar pela permanência, respectivamente, no serviço público ou na sua condição atual de servidor autárquico.

Art. 15 - Integralizando o Estado o Capital subscrito com bens do DAE, assumirá a Companhia todos os acordos, convênios, contratos e demais obrigações existentes entre o mesmo DAE e terceiros, e será automaticamente extinto, uma vez eleita e empossada a Diretoria e arquivados os atos de sua constituição pela Junta Comercial do Estado.

PARÁGRAFO ÚNICO - Após a extinção do DAE, passará a Reserva Florestal de Duas Bocas à subordinação da Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, com os encargos previstos no Parágrafo 1º do Art. 2º da Lei número 2295, de 13 de julho de 1967.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 17 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Impresso por: 99428725668 - VALERIO ALVARENGA MONTEIRO DE CASAS
Em: 26/10/2017 - 16:46:50